

Apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativo ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)
ATIVO: Circulante, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Operações de crédito, Outros créditos, Outros valores e bens, Realizável a longo prazo, Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiro derivativos, Operações de crédito, Permanente, Imobilizado de uso, Total do ativo.
PASSIVO: Circulante, Outras obrigações, Exigível a longo prazo, Outros créditos, Outros valores e bens, Total do passivo.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)
2º Semestre 2015 Exercício 2014
Receitas da intermediação financeira, Operações de crédito, Resultado de operações com títulos e valores mobiliários, Despesa da intermediação financeira, Resultado bruto da intermediação financeira, Outras receitas/(despesas) operacionais, Outras despesas administrativas, Despesas tributárias, Resultado de participações em coligadas, Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais, Resultado operacional, Resultado não operacional, Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações, Imposto de renda e contribuição social, Provisão para imposto de renda, Provisão de contribuição social, Ativo fiscal diferido, Resultado líquido do período, Resultado líquido por ação - R\$.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)
2º Semestre 2015 Exercício 2014
Resultado líquido ajustado, Resultado líquido ajustado do período, Provisão para devedores duvidosos, Participações em coligadas, Depreciações e amortizações, Variação de ativos e obrigações, interfinanceiras de liquidez, (Aumento) redução em Títulos e valores mobiliários, (Aumento) redução em Operações de crédito, (Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens, (Redução) aumento em outras obrigações, Atividades operacionais - Caixa Líquido proveniente (aplicado), Alienação/inversão de investimentos, Atividades de investimentos - Caixa Líquido proveniente (aplicado), Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, Saldo inicial de caixa e equivalentes, Saldo final de caixa e equivalentes, Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)
Capital social, Reservas de Lucros, Ajuste ao Valor de Mercado, Lucros (prejuízos) acumulados, Total
Saldo em 01 de julho de 2015, Resultado do semestre, Constituição de reservas, Ajuste de avaliação patrimonial, Saldo em 31 de dezembro de 2015, Mutação do semestre, Saldo em 01 de janeiro de 2015, Resultado do exercício, Constituição de reservas, Ajuste de avaliação patrimonial, Saldo em 31 de dezembro de 2015, Mutação do exercício, Saldo em 01 de janeiro de 2014, Resultado do exercício, Constituição de reservas, Saldo em 31 de dezembro de 2014, Mutação do exercício.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Outros créditos - diversos
31/12/2015 31/12/2014
Crédito tributário (a), Devedores por depósitos em garantias (Nota 10a), Imposto de renda a compensar/recuperar, Devedores diversos - País, Total
a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006 e nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do BACEN, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

14. Receita de operações de crédito
31/12/2015 31/12/2014
Rendas de empréstimos, Recuperação de créditos baixados como prejuízo, Total
15. Outras despesas administrativas
31/12/2015 31/12/2014
Propaganda e publicidade, Comunicações, Processamentos de dados, Serviços do sistema financeiro, Serviços especializados, Depreciação e amortização, Despesas processamentos consignados, Contribuições filantrópicas, Outras despesas administrativas, Total
16. Outras receitas operacionais
31/12/2015 31/12/2014
Variação monetária ativa (Nota 10), Outras rendas operacionais (Nota 10), Total
17. Outras despesas operacionais
31/12/2015 31/12/2014
Descontos concedidos, Atualização monetária - COFINS, Total
18. Despesas Tributárias
31/12/2015 31/12/2014
Despesas Federais, Despesas Municipais, Total
19. Gestão de riscos
31/12/2015 31/12/2014
Acumulado em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição") foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie.
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém não todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos: já homologados pelo BACEN: a. CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 3.144/2012; b. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; c. CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; d. CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; e. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; f. CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; g. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; e h. CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15. As demonstrações financeiras foram concluídas pela administração em 22 de Março de 2016.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado
Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pró-rata" dia.
b. Operações de crédito e depósitos interfinanceiros: As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e respectivos encargos retificados pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pró-rata" dia.
c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, entre "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco, que deve ser realizada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. As operações vencidas há mais de 50 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra provisão existente e controlada em conta de compensação, não mais figura no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H".
d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Conforme estabelecido pela Circular nº 3068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A CFI não possui títulos financeiros como mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2015. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do exercício. A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015.
e. Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo

4. Caixa e equivalentes de caixa
31/12/2015 31/12/2014
Disponibilidades, Total
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez
31/12/2015 31/12/2014
Até 360 dias, Total
6. Títulos e Valores Mobiliários
31/12/2015 31/12/2014
Vinculados a prestação de garantias, com vencimento acima de 360 dias.
LFT - Disponível para venda, Total

7. Operações de créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Composição por vencimento e níveis de risco das operações de crédito
Operações de crédito direto ao consumidor
31/12/2015 31/12/2014
Níveis de risco (Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)
Curto prazo: De 0 a 14 dias, De 15 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Longo prazo: Acima de 360 dias, Total normal, Vencido: Até 14 dias, De 15 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Total, Provisão

b) Composição por setor de atividade das operações de crédito
Setor privado - Pessoas físicas, Total
c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa
31/12/2015 31/12/2014
Saldo inicial, Provisão constituída, Créditos baixados, Saldo final, Recuperação (a)

d) Concentração dos principais devedores
31/12/2014
Durante o exercício ocorreram recuperações de créditos no montante de R\$ 183 (R\$ 384 em dezembro 2014).

A DIRETORIA
CONTADOR
João Alves de Campos - CRC 1SP 200058/O-0

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

13. Transações com partes relacionadas
Ativos/receitas, Disponibilidades, Certificado de depósitos interfinanceiros, Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros, As operações são realizadas com o seu controlador.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

13. Transações com partes relacionadas
Ativos/receitas, Disponibilidades, Certificado de depósitos interfinanceiros, Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros, As operações são realizadas com o seu controlador.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

13. Transações com partes relacionadas
Ativos/receitas, Disponibilidades, Certificado de depósitos interfinanceiros, Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros, As operações são realizadas com o seu controlador.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

13. Transações com partes relacionadas
Ativos/receitas, Disponibilidades, Certificado de depósitos interfinanceiros, Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros, As operações são realizadas com o seu controlador.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

13. Transações com partes relacionadas
Ativos/receitas, Disponibilidades, Certificado de depósitos interfinanceiros, Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros, As operações são realizadas com o seu controlador.